

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO  
DA **xx<sup>a</sup> VARA CÍVEL** DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
BRASÍLIA - DF

Processo n. **xxxxxxxxxxxxx**

**FULANA DE TAL**, telefone **nº**, parte requerente qualificada nos autos, assistida pela **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, vem, em atenção à certidão de ID **xxxxxxx**, **especificar as provas que pretende produzir**, nos termos seguintes.

Primeiramente, a Requerente requer seja depositado em juízo o “*pen drive*” contendo vídeo com a filmagem do seu casamento, objeto principal dos presentes autos.

Esclarece que não conseguiu inserir o arquivo eletronicamente no sistema do PJe, em razão de o arquivo ser muito extenso. Com efeito, a filmagem possui 1,74 *Gigabytes* (equivalente a 1.740 *Megabytes*), sendo necessário dividir em 60 (sessenta) arquivos para possibilitar a juntada dentro do limite de 29 Megabytes suportados pelo PJe, o que inviabilizaria a efetividade da produção da prova, a fim de se provar todo o alegado na inicial.

No intuito de proceder ao depósito do “*pen drive*”, compareceu à Secretaria da 16<sup>a</sup> Vara Cível, onde foi informado pela servidora pública que deveria ser deferido por este juízo antes de efetuar o referido depósito.

Ademais, a Requerente requer a produção de **prova pericial** para a constatação da falha na prestação do serviço de filmagem na ocasião do seu casamento.

---

A produção da prova pericial pretendida depende de **conhecimento técnico especial**, não pode ser suprida por outras provas já produzidas e sua verificação é praticável (art. 464, §1º, do NCPC).

A fim de se comprovar o dano psicológico sofrido, devido à frustração causada pela falha na prestação do serviço de filmagens durante a realização do casamento da Requerente, promove o arrolamento da seguinte testemunha:

**1) FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº, CPF nº, residente e domiciliado na ENDEREÇO TAL, TELEFONE TAL.**

Por fim, informa que não tem interesse na composição consensual.

**Ante o exposto, requer:**

a) seja deferido o depósito do “*pen drive*” em juízo, em razão de o arquivo ser muito extenso, inviabilizando a juntada diretamente pelo sistema do PJe;

b) a produção de prova pericial, a fim de se comprovar a falha na prestação do serviço de filmagem ocorrido durante a realização do casamento da Requerente, cujos quesitos serão apresentados no prazo legal (art. 465, §1º, III, do CPC);

c) seja designada audiência de instrução e julgamento, para oitiva da testemunha acima arrolada.

Local, dia, mês e ano.

---

**FULANA DE TAL**

---

**DEFENSOR FULANO DE TAL**